

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SANTOS, Joseanes Lima dos. Joseanes Lima dos Santos (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 15min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Joseanes Lima dos Santos
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Levantamento de dados: Amilcar Araujo Pereira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: Brasília - DF - Brasil;

Data: 02/07/2005

Duração: 1h 15min

Arquivo digital - vídeo: 2; Fita cassete: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha da entrevistada se justificou por seu papel destacado no movimento negro do Sergipe, especialmente no movimento de mulheres negras.

Temas: Administração; Atividade profissional; Brasília; Catolicismo; Discriminação racial; Economia; Ensino; Esportes; Família; Feminismo; Gênero; Identidade; Militância política; Movimento negro; Movimentos sociais; Música; Obras literárias; Política; Racismo; Religião; Religiões afro-brasileiras; Sergipe;

Sumário

Entrevista: 02.07.2005

Fita 1-A: Origem; a relação entre o candomblé e o catolicismo na vida da entrevistada; a afirmação da identidade racial e de gênero na infância; a força e a autonomia das mulheres na família; comentários sobre os vestibulares prestados; o nascimento do filho, Jorge Kayodê; o interesse por Administração, Economia e por leitura; o aprendizado básico antes de ingressar na escola e bom desempenho escolar; a venda de produtos diversos durante a infância e a administração própria dos recursos; o cuidado dos pais com a saúde das filhas e dos filhos; o sistema de organização familiar montado pela mãe da entrevistada; o interesse por esporte ao longo da juventude; o ingresso no grupo de jovens da Igreja, em 1984; o interesse por música; a aproximação da entrevistada com a Associação de Moradores do Bairro América, em Aracajú, e o início do trabalho com projetos sociais, sobretudo com jovens em situação de vulnerabilidade; a criação do Festival de Cultura e Arte do Bairro América; a culminação do festival no projeto Conduzindo as Crianças do Bairro.

Fita 1-B: A entrada no Movimento Nacional de Meninos de Rua e o trabalho com crianças negras; a participação no Encontro Nacional de Entidades Negras e a denúncia do extermínio de crianças negras; o maior contato com o movimento negro; a importância dos blocos afros surgidos nas comunidades; a criação do Fórum de Mulheres Negras de Sergipe e a participação na construção do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, sediado em Salvador em 1990; a luta por protagonismo das mulheres dentro do movimento negro; a luta pela inclusão da questão racial dentro dos estudos de gênero; o trabalho e o apoio aos estudantes e pesquisadores da Universidade Federal do Sergipe; a criação da ONG Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania (Sase); o questionamento sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira e a necessidade de se continuar lutando por espaço e representação; o contato e as relações com o feminismo; a importância da afirmação da mulher negra como identidade política; a participação no processo de construção da Conferência de Durban e o protagonismo das mulheres negras; a importância do trabalho de mulheres negras, como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Matilde Ribeiro, Jurema Werneck, Lúcia Xavier, Edna Roland e Alzira Rufino; a mudança para Brasília.

Fita 2-A: A importância para a entrevistada de um trabalho que seja relevante para a sociedade; o trabalho na Eletronorte, na elaboração de um programa de gênero para a empresa; a constante luta por igualdade racial e de gênero; a fundação da Organização de Mulheres Negras Maria do Egito; comentário sobre quem foi Maria do Egito e qual é sua importância; o trabalho cruzando a questão racial com a questão de gênero; o trabalho do pai; o trabalho da entrevistada de revitalização da primeira casa de culto afro do estado de Sergipe, fundada por Ta'Joquina no município de Laranjeiras.

Entrevista: 02.07.2005

Verena Alberti – Bom, Joseanes, a gente queria começar um pouco mesmo do começo da sua trajetória de vida, saber um pouco sobre a sua infância, sobre onde você nasceu, sua formação. A gente vai acompanhando essa trajetória até você chegar à decisão de entrar no movimento negro e à sua participação nesse movimento. Então você nasceu em Aracaju?

Joseanes Lima dos Santos – Eu nasci no município de Aracaju dia 5 de junho de 1968. Então eu venho de uma família onde a parte da minha mãe tem um referencial do ponto de vista indígena, mais de cultura indígena, muito embora essa minha avó materna tinha um terreiro de candomblé situado no bairro onde eu morava também, que era o bairro América.

V.A. – O nome da sua mãe qual era?

J.S. – Vanda Lima dos Santos.

V.A. – E ela era de origem indígena?

J.S. – É, de origem indígena, embora minha avó tivesse culto aos orixás. Ela era da nação Angola. E por parte de pai, José dos Santos, ele é do município de São Cristóvão. É a quarta cidade mais antiga do Brasil, São Cristóvão. E minha avó paterna também era uma ialorixá, mas da linha Nagô. Então eu tenho essa relação, por parte de pai e por parte de mãe, dos avós serem ligados sempre ao culto de religiões de matriz africana. E aí, nós sempre vivemos nesse ambiente de terreiro, mas também tivemos uma formação cristã, porque minha mãe sempre colocou essa disposição, a gente sempre esteve. Quando tinha todas as festas nós íamos, participávamos, arrumávamos, organizávamos a festa no terreiro de candomblé da minha avó, Maria das Montanhas Lima, minha avó materna, ialorixá. E aí nessa relação, Igreja Católica e terreiro, nós crescemos. Tinha dias que a gente dormia na esteira no terreiro da minha avó no domingo pela manhã, outros dias a gente estava na igreja assistindo missa, fazendo todo aquele ritual, participando da organização da missa...

V.A. – Essa missa era de que lado?

J.S. – Da Igreja Católica.

V.A. – Mas a sua mãe mesmo levava vocês para a missa?

J.S. – Não, a gente mesmo. Ela incentivava que a gente fosse à missa. Tinha uma abertura para esse tipo de formação religiosa. A minha mãe nunca impôs uma religião para a gente. Nem minha mãe nem meu pai. A gente nunca teve imposição religiosa. Tanto que eu só fui batizada, não fiz a primeira comunhão. E era comum você ser batizada, fazer a comunhão, depois se crismar. Então da minha família de seis irmãos, quatro mulheres e dois homens, e aí as mulheres na minha família têm uma participação muito forte. Sempre que tem algum problema na família, qualquer que seja o problema, a gente não consegue resolver isoladamente. Sempre tem uma reunião. Para tudo a gente chama uma reunião, e coincidentemente ou não são as mulheres que tomam a discussão, tomam a palavra e decidem mesmo a situação. Porque minha mãe foi uma pessoa que sempre colocou para a gente o seguinte: minha mãe e meu pai sempre trabalharam muito no sentido de afirmar a nossa identidade de gênero e raça, sempre. Analfabeta, meu pai tinha a quarta série primária. Ela era costureira e vendedora ambulante. Então minha mãe sempre trabalhou. Meu pai era soldado da polícia militar e ganhava muito pouco. Por conta disso, minha mãe teve que entrar no mercado de trabalho para suprir as necessidades. E como eles trabalhavam fora, minha mãe nunca deixou a gente desocupada. Nós sempre trabalhamos no ambiente doméstico também para que a gente não pudesse estar indo para a rua. Então minha mãe sempre, desde muito pequena... eu tive uma infância, eu morava na periferia de Aracaju, o bairro América é um bairro da periferia que sempre foi tido como aqueles bairros, o bairro do diabo; as pessoas não queriam morar lá; aqueles bairros que as pessoas mais falam na cidade, comentam... É o bairro que tinha a penitenciária, então você cria uma relação negativa com aquela região. E aí, mesmo morando na periferia eu sempre tive relação com meninas brancas, até porque a única criança negra que tinha na redondeza em que eu estudava era uma menina que morava afastada, só que ela trabalhava muito também. Ela não tinha tempo de ficar brincando com a gente, ela trabalhava fora com a mãe. E essas outras crianças brancas, que eram menininhas mesmo, bem próximas, a gente brincava muito. Então sempre tive muita relação com meninas brancas. E quando chega uma certa fase da idade, vizinhas mesmo, amigas, elas começavam: “Sua neguinha!” Aí eu voltava para casa: “Mãe,

fulana me chamou de neguinha”. Aí minha mãe dizia: “Diga a ela que você é neguinha com muito orgulho”. E isso foi por muitos anos, e a gente voltava para lá: “Minha mãe disse que eu sou neguinha com muito orgulho”. E a gente sempre repetiu isso: “Eu sou neguinha com muito orgulho”. As meninas da minha casa sempre repetiam isso. E com isso aconteceu o quê? Aconteceu que isso afirmou a nossa identidade racial. A gente nunca teve a preocupação de estar negando a nossa identidade enquanto criança negra. Por mais que convivesse com essas pessoas de pele clara, essas meninas brancas também da periferia. Por mais que convivesse com elas eu nunca neguei a minha identidade negra por conta desse referencial que a minha mãe e meu pai sempre colocaram para a gente de identidade negra, valorização. Outra questão que também contribuiu muito para que as pessoas lá de casa, as mulheres, tivessem uma certa firmeza, do ponto de vista das relações sociais, foi ela dizer: “No dia que seu marido levantar a mão para você, bater em você, pode voltar para casa porque você tem pai e tem mãe”. Quer dizer, a gente sentia segurança do ponto de vista racial quando criança e a gente sentia segurança enquanto mulher, dessa formação para ser mulher. Então minha mãe sempre passou isso para a gente e a gente foi ouvindo, ouvindo. E o resultado foi o seguinte: a gente conseguiu se centrar na nossa própria formação da identidade. Na minha família a gente não tem uma história de ser mais ou menos resolvida, porque a gente vive em uma sociedade patriarcal, machista, então as relações são pautadas por esse tipo de construção. Mas as mulheres lá de casa conseguiram se centrar nelas mesmas. A gente não consegue criar uma relação de dependência com o masculino. Então eu tenho uma irmã, a Geni, que é a mais velha, ela quem criou a gente enquanto minha mãe foi trabalhar, ela ainda está com a minha mãe. A outra mais velha está se formando agora em Pedagogia. Tem uma irmã mais jovem que eu que está fazendo Medicina em Cuba, está voltando agora no próximo ano. E eu entrei nessa construção do movimento social. Aí em 1993 eu fiz vestibular para Letras, Francês, na Universidade Federal de Sergipe. Passei, frequentei esse curso até, eu acho, 1996. Aí eu abandonei o curso. Não me identifiquei e abandonei o curso. Depois eu fiz Administração de Recursos Humanos na Universidade Tiradentes. Aí frequentei o curso, aí tive filho em 1999 e abandonei novamente o curso e prestei vestibular novamente para Administração. Eu achei que me identificava com Administração e realmente me identifico com Administração. Gosto muito de Administração e Economia. E depois eu tive um filho, Jorge Kayodê, em 1999. E aí eu prestei vestibular para Administração e quando tive Kayodê, aí tive cesariana e a minha relação com a universidade foi muito ruim para eu ficar estudando, com o centro, com o departamento da Universidade. Aí

fiquei com o Kayodê, cuidando do Kayodê, depois eu prestei vestibular novamente para Gestão Pública. Aí minha mãe não aguenta mais de tanto que eu mudo de curso, vivo fazendo vestibular e passando. Às vezes eu penso: “Estou brincando com a sorte”. Porque normalmente eu passo nos vestibulares que eu faço, não peço transferência, me escrevo e passo. Aí eu consegui fazer, passei para Gestão Pública, frequentei o curso, mas também não concluí esse curso de Gestão Pública. Mas eu sempre tive muito interesse pela leitura. Eu sempre estou lendo, sempre estou pesquisando, sempre estou trabalhando no sentido de estar acumulando conhecimento, estar participando das discussões. Eu sempre tive interesse e sempre tive muito interesse pela leitura desde muito pequena, quando eu via uma Bíblia que tinha lá em casa, velhinha, aí quando eu não sabia ler, eu ficava vendo as figuras, aquelas cenas da Bíblia que tem um homem matando uma criança com um punhal, eu acho que era o Daniel; era a Bíblia ilustrada. Aí ficava olhando aquilo e tentando entender que relação era aquela, por que ele estava tentando matar aquela criança, aquele sacrifício e tal. Aí eu fui me interessando porque tinha que ler aquela história. E o tempo foi passando e eu fui aprendendo a ler. Eu entrei na escola tarde, porque naquela época não tinha jardim de infância. Tenho hoje 38 anos. Não tive jardim de infância, mas já entrei na escola lendo, já escrevendo, já fazendo contas, já entrei com o meu próprio processo de conhecimento de leitura e escrita.

V.A. – Aprendendo com as irmãs mais velhas?

J.S. – Não. Eu mesmo tinha muito interesse em aprender. Agora, minha mãe, mesmo sendo analfabeta, sempre estava participando muito dessa construção. No primeiro e segundo ano primário eu era a melhor na sala de aula. Sempre tirei dez, dez, dez. Depois foi que chegou um menino na minha sala e começou a disputar comigo o primeiro lugar.

V.A. – Quem?

J.S. – Um menino que chegou na minha sala, foi transferido aí começou a... mas eu sempre tive uma certa facilidade para aprender as coisas. E voltando à infância, realmente eu vim de origem muito pobre. Minha mãe dividia minha casa, tinha uma casa de vender carvão, não sei se vocês conhecem isso, casa de carvão. É uma casinha pequena que o caminhão chega com os sacos de carvão e aí as pessoas dizem: “Eu quero três sacos, cinco sacos de carvão miúdo, cinco sacos

de carvão graúdo...” Aí os homens pegam aqueles sacos nas costas e despejam esse saco de carvão que você encomendou dentro dessa casinha. Aí como é que você vendia isso antes das pessoas terem acesso ao gás de cozinha? As pessoas compravam meia lata ou uma lata de carvão miúdo, ou uma lata de carvão graúdo, a medida era sempre com lata. E naquela época a gente vendia. Minha mãe trabalhava fora e a gente ficava administrando a venda do carvão lá para o pessoal da comunidade. Aí depois a minha mãe desistiu do carvão, aí montou uma horta no fundo do quintal. O quintal da gente era grande, aí montou uma horta. Aí as meninas plantavam, ela também ajudava, plantava coentro, alface, cebolinha, ela plantava no quintal, a gente mexia a terra, aguava, essas coisas todas, chegava até a plantar também, e meus irmãos vendiam no mercado, porque a gente morava perto do mercado municipal. Aí depois ela tirou a horta, ela sempre foi muito criativa, a minha mãe, impressionante. Ela tirou a horta aí colocou a gente para vender geladinho. Sabe o que é geladinho?

V.A. – Picolé.

J.S. – É picolé que vem no saquinho. Então, aí lá em casa tinha um pé de abacate e um coqueiro. Aí o geladinho normalmente era das frutas do quintal. Aí meu irmão tirava o coco, descascava o coco, as meninas quebravam, a gente ralava. Ralei tanto coco na minha vida, mas tanto... A gente ralava o coco, depois fazia o geladinho, ensacava, colocava o suco do coco dentro do saquinho, botava no congelador e também do coco a gente fazia cocada. Já fiz muita cocada quando eu era pequena. Aí depois quando fazia geladinho e cocada para vender, balinha de coco, fiz muita balinha de coco e sonho, não sei se você conhece o doce feito com farinha de trigo no Nordeste. Ele é redondo e tem um buraco no meio, é de massa, você coloca açúcar por cima. Então a gente fazia sonho, a gente fazia pastel para vender, e isso era a gente que fazia. Ela ensinava, a gente aprendia e ficava fazendo esse tipo de coisa. A gente também na vendinha, porque nós montamos uma venda na frente de casa, uma banquinha no portão, a gente também vendia fruta. Aí vendia manga, vendia jaca, vendia tudo.

V.A. – De onde que vinham essas frutas?

J.S. – A gente comprava no Ceasa quatro horas, cinco horas da manhã. E normalmente, como eu não tinha muita força física quem ia comprar mais era minha irmã, a Ana Ires. Ela era um

pouquinho mais resistente do que eu, aí normalmente quem ia era ela com a minha mãe comprar, e a gente ficava, fazia essa venda na porta e o dinheiro a gente mesmo administrava. O dinheiro, normalmente, da venda do dia a gente comprava pão para tomar café de noite, ou comprava verdura para tomar sopa, fazer sopa. E como a minha mãe estava muito fora, a gente mesmo, os filhos, eu e minhas irmãs, é que administrávamos toda essa relação da segurança, da alimentação, a gente não deixava os meninos ficarem na rua, a gente não ficava na rua, ficava muito em casa, porque tínhamos sempre coisas para fazer, para brincar, sempre fomos muito para dentro de casa. E aí a nossa alimentação sempre foi reforçada, minha mãe sempre falou para a gente comer muito cuscuz, muito inhame, muita fruta-pão, arroz com leite, sopa, tinha muita sopa, então a gente sempre foi muito bem alimentado utilizando os recursos que são baratos, mas que alimentam muito a gente; muito jenipapo, muita jaca, então a minha mãe sempre esteve alimentando a gente muito bem. Mesmo em épocas difíceis, mas ela sempre teve criatividade para colocar alimentos que realmente a gente ficasse forte no futuro. O meu pai era enfermeiro, aí sempre estava aplicando injeção quando ele achava que a gente tinha que tomar injeção. Ele mesmo aplicava injeção na gente, mandava fazer a fila e: injeção. Para cuidar da gente. Minha mãe sempre teve esse cuidado. Minha mãe e meu pai.

V.A. – Ela costurava fora de casa?

J.S. – Ela teve dois momentos. Ela teve vários momentos, dela costurar em casa e ter as freguesas dela; dela costurar na casa da vizinha em sociedade e essa roupa ela vender em feiras livres; e também dela costurar fora de casa. Então ela teve esses três momentos da vida dela. Ela era muito presente na constituição, na organização de como a gente deveria se comportar, mas ao mesmo tempo ela trabalhou muito fora. Ela montou um sistema de organização familiar que eu acho fantástico. A gente lá em casa, nenhum dos nossos irmãos, a gente não usa drogas, graças a Deus, não tem nenhum problema de comportamento social. Então eu acho que o que ela e meu pai fez para seis filhos, pessoas ganhando pouco, eu acho que foi um mérito fantástico e eu não sei se eu conseguiria reproduzir tendo seis filhos. Hoje eu acho que eu não teria tanta capacidade como ele e ela tiveram. E nós reconhecemos muito isso da minha mãe e do meu pai, essa coisa, e nós ficamos muito apegados às ideias deles. Eu estou em Brasília, mas sinto muita falta disso, do sofá, da televisão, mesmo das coisas simples. Lá em casa não tem grandes almoços, ninguém é um grande *chef* na culinária, ninguém prepara grandes coisas, mas aquelas

coisas básicas, a gente gosta muito de estar juntos. Sem muita afetividade, não temos uma relação afetiva construída com muita... mas a gente gosta de estar junto. A gente se valoriza e se respeita muito. Sempre que tem alguma coisa entre os irmãos, a gente está sempre procurando cobrir, administrar, dar uma força. Nós continuamos unidos nesse sentido, então estamos dando sustentação um ao outro.

V.A. – Os irmãos moram em Aracaju, só você que está fora?

J.S. – Não. Eu moro em Brasília e minha irmã mora em Cuba, a que está estudando. O resto está em Aracaju, inclusive moram com a minha mãe. Eles não conseguiram ainda estabelecer um novo tipo de relação. Eu fiz minha opção, tive uma opção pelo esporte. Foi uma das coisas que me ajudou muito. Eu tive uma opção pelo esporte, por 12 anos eu comecei a fazer atletismo porque o que acontecia na Educação Física que a escola colocava? A quadra era descoberta, o piso era de cimento, então um sol enorme. Aí a professora, achando que estava fazendo Educação Física, mandava a gente dar dez voltas na quadra, cinco voltas na quadra. Então, como eu não tenho muita resistência, nunca tive também esse desejo de ser dessa forma toda, aí um dia eu achei que aquilo estava errado. Porque não tinha um sistema, não tinha organicidade, não tinha uma proposta. Um dia eu disse: “Vou sair da Educação Física. Vou fazer atletismo”. Porque no atletismo você tem um preparo maior.

V.A. – Você podia escolher na escola?

J.S. – Podia. Porque Educação Física era normal, era oferecido pela Secretaria de Educação como obrigatório. E atletismo, vôlei, handebol, basquetebol, era optativo.

V.A. – Dentro da escola também?

J.S. – Dentro da escola. Aí você podia optar por esses esportes. Aí eu comecei atletismo com 12 anos, aí frequentava um grupo, tinha orientação do que fazer, do que não fazer. Aí depois eu saí do atletismo e fui para o basquete. Fiz basquete um ano e meio, aí fiquei treinando basquete. Depois do basquete eu fiz voleibol. Entrei para o voleibol, acho que com 15 ou 16 anos. Aí fiquei até 18 anos, 19 anos, sempre praticando voleibol na escola e na rua que eu

morava, a gente juntava as meninas e os meninos, a gente colocava o cordão, arranjava uma bola e ficava jogando vôlei na rua. Ou um pouco mais afastado, mas ainda no bairro, eu ia jogar vôlei no final de semana com outras pessoas. Eu jogava voleibol na quadra da igreja. Então eu sempre estive ligada a uma atividade esportiva. Sempre estive praticando esporte. Eu achei isso muito bom porque ao invés de eu cultivar interesses por coisas que não são tão interessantes para a juventude, eu tinha essa saída que era o esporte. Eu achei que essa foi uma das coisas que eu fiz acertada, na adolescência até entrar na idade adulta. Em 1984 eu entrei no grupo de jovens da Igreja e comecei a frequentar a igreja de forma mais regular, a igreja católica do bairro, que é a Igreja São Judas Tadeu. Comecei a frequentar a igreja regularmente porque a minha irmã, a Ana Ires já frequentava, e nós sempre fomos muito unidas.

V.A. – Ela é Ana Ires Lima dos Santos também?

J.S. – É. Então ela começou a frequentar, aí depois eu comecei a frequentar com ela, comecei a fazer parte do grupo de jovens da Igreja, lá da renovação carismática. Fiquei até 1989 frequentando o grupo de jovens. Quando eu entrei para o grupo de jovens da igreja eu já tinha muito interesse por música, eu sempre tive muito interesse por música. E tinha muito interesse por telejornal. O jornal das oito eu sempre assisti muito, todos os dias eu sentava para assistir o jornal da cidade, o jornal das sete e assistir o jornal das oito. Eu acompanhei toda a discussão política da Anistia Internacional, da *Perestroika*, tudo pela televisão. E eu tinha um interesse que eu não entendia o que era, mas eu sempre estava em frente a televisão e começava a assistir. E sempre tive interesse pela notícia da política. Eu sempre tive muito interesse, sempre. E aí quando começou a ter a presença do rock nacional, RPM, Cazuzza, U2, Duran Duran, The Police, então eu acompanhei todo esse ritmo. Eu também, enquanto jovem, sempre gostei muito do rock nacional, internacional. Aí sempre tive muito interesse por esses novos movimentos musicais também. E eu tinha um grupo. Essas minhas vizinhas cresceram, essas mesmas vizinhas de quando eu era criança, essas meninas brancas, elas continuaram na comunidade e eu continuei. Aí a gente trocava muito essas coisas do Cazuzza, RPM, U2, Duran Duran, The Smith, todos esses, Ozzy Osborne, The Cure, tudo eu acompanhava com elas. Tinha um grupo que eram elas. Aí tudo bem, sempre ouvi muito. Aí depois resolvi entrar para a Igreja, em 1984, e me afastei um pouco de ouvir e acompanhar esses movimentos porque a gente fica entrando no ritmo da Igreja que é muito constante. Todo o tempo que você tem, você vai para a igreja,

vai rezar. Aí comecei a ir para o grupo de jovens. Nisso que eu estava no grupo de jovens, em 1988 começou esse... foi o ano de abolição da escravatura. E aí em 1989, em Aracaju, você já tinha um grupo organizado, com visibilidade para discutir a questão racial, que era a UNA, União dos Negros de Aracaju, e de 1984 a 89 fiquei tranquila na Igreja. Só que eu senti a necessidade de fazer algum trabalho pelo social. E isso me inquietou por um bom tempo com aquelas pessoas que eu vivia, me inquietou por um bom tempo. Aí cheguei para o grupo e disse: “Nós precisamos fazer algum trabalho”.

V.A. – Para o grupo da Igreja?

J.S. – Da Igreja. “Nós precisamos fazer algum trabalho concreto”. Aí um amigo meu do grupo disse bem assim para mim: “Se você quiser fazer um trabalho concreto, você pega um tijolo e faça um trabalho concreto”. Aí eu não gostei da resposta, também, era a opção dele, como eu também tinha a minha opção. Aí eu procurei a Associação de Moradores do Bairro.

V.A. – Do bairro América?

J.S. – Do bairro América, a Associação de Moradores do Bairro América, ABA. E lá tinha um grupo que já estava iniciando um trabalho, já fazia um trabalho social quando fechou a fábrica de cimento do bairro. Então era um grupo de grande referência ali em Aracaju, porque eles conseguiram fechar a fábrica de cimento que poluía o bairro. Então eu cheguei para esse pessoal, para esse grupo e propus um trabalho, formamos uma equipe de mais ou menos cinco, seis pessoas nesse trabalho que a gente tinha proposto, que era fazer um trabalho organizando os meninos que guardavam carros na igreja. Porque essa igreja era de referência para o município, para o estado. Então tinha muita gente que vinha à missa aos domingos. Então a comunidade carente, principalmente as crianças, iam pedir algum dinheiro para esses meninos, para essas pessoas. E aí nós começamos a fazer um trabalho que era o seguinte: utilizávamos o microfone da igreja para anunciar que aquelas crianças que estavam ali eram carentes, que eles ajudassem com respeito, que respeitassem as crianças... foi assim que começou. Depois nós tivemos a ideia de fazer o festival de pipas com aqueles meninos, trabalhar com aqueles meninos. E essa ideia cresceu e se transformou no Festival de Cultura e Arte do Bairro América, e cresceu muito. Aí entrou a Visão Mundial apoiando, eles vêm sempre trabalhando com

projetos sociais, apoiando essa iniciativa. E nós trabalhamos com corrida de saco, teve pipa, teve diversas atividades que esse grupo conseguiu organizar. E essa atividade se transformou em um projeto financiado, Conduzindo as Crianças do Bairro, que durou muito tempo esse projeto.

V.A. – Era um projeto de acompanhamento dessas crianças?

J.S. – Era um projeto de acompanhamento, alfabetização, atividades socioculturais e educativas para elas. Então, depois nós fizemos esse projeto, eu entrei no movimento nacional de meninos e meninas de rua, que estava...

[FINAL DA FITA 1 – A]

J.S. – ...Rio de Janeiro, no Ceap com crianças e adolescentes negras. Então entrei para o movimento nacional de meninos de rua, acompanhei toda a construção do movimento em Sergipe em 1990, 91. E aí fiquei um bom tempo junto com o movimento nacional de meninos de rua, já comecei a trabalhar com a questão das crianças negras no Encontro Nacional de Entidades Negras...

V.A. – O Enen?

J.S. – O Enen, de 1991. Eu fui como representante do movimento nacional de meninos de rua e denunciei o extermínio de crianças negras nesse encontro. Inclusive deu matéria no jornal de São Paulo, eu dei entrevistas lá denunciando. Nisso o movimento negro, porque eu fazia um trabalho ligado à associação de moradores e ao movimento nacional de meninos de rua, aí em 1990 eu tive contato, nesse tempo eu tive contato com o movimento negro organizado já, com aquelas pessoas que representavam o movimento negro organizado.

V.A. – Com quem?

J.S. – Com o Carlos Trindade, o Carlos Alberto, Djenal, tinha Black na época...

V.A. – Qual era o nome do Black?

J.S. – Eu não lembro agora, porque todo mundo chama ele de Black. Iriwan de Assis já estava, do Grupo Quilombo. Cristina que coordenava o grupo afro do meu bairro, chamado Bantus Nação, porque naquela época tinham muitos blocos afro no estado. Com a expansão, com a divulgação do Olodum, do Ilê Ayiê, então deflagrou um movimento de organização dos blocos afro nas comunidades. Então várias pessoas organizaram blocos afro no estado na época do Olodum. Então era uma referência de identidade racial, esses blocos. E eu acompanhava, não participava do bloco afro, mas da minha comunidade e dos outros blocos afro, eu acompanhava esses blocos, estava sempre nas atividades. Então queriam que eu entrasse no movimento negro em 1990, na época a UNA, União dos Negros de Aracaju, me chamou para ir para lá e também uma outra organização, coordenada pelo Djenal, [Seden]¹, me chamou para compor. Ele me chamou para ir para essa organização, mas eu preferi fazer um trabalho junto com as mulheres negras. E aí nós criamos o Fórum de Mulheres Negras, que era um referencial político da organização de mulheres negras. Porque o que acontecia? O movimento negro sempre teve comportamento machista com relação às mulheres negras do ponto de vista de não aceitar que essas mulheres negras não faziam um trabalho de protagonismo político. E aí sempre teve uma dificuldade de aceitar que as mulheres negras também têm que estar à frente nessa luta antirracista no Brasil. E aí eu percebia também que a relação que esses homens negros exerciam com as mulheres negras que estavam no movimento negro, não era uma relação do ponto de vista político. Eu avalei que não tinham respeito político pela presença daquelas mulheres. Porque tinham mulheres no movimento negro quando eu cheguei no movimento negro. Agora, essas mulheres não se firmavam, não disputavam espaço político com aquelas pessoas que estavam à frente no movimento. Aí, quando eu cheguei, eu imprimi um ritmo de que as mulheres negras tinham que ter um espaço dentro do movimento de mulheres, dentro do movimento negro. Aí nós organizamos, com essas mulheres que estavam dentro do movimento negro, o Fórum de Mulheres Negras de Sergipe, e participamos da construção do II Encontro Nacional de Mulheres Negras.

V.A. – Aonde foi?

¹ O mais próximo do que se pôde ouvir.

J.S. – Foi em Salvador.

V.A. – E quando, você lembra?

J.S. – 1990. Porque o Enen foi em 91.

V.A. – Isso.

J.S. – Foi em 1990. Então nós participamos da organização desse II Encontro, depois, em 1993, nós organizamos o I Seminário de Mulheres Negras, Mestiças e Pobres do Estado de Sergipe. Quer dizer, ainda tinha uma confusão do que nós éramos, porque hoje nós não organizaríamos um seminário de mulheres negras, mestiças e pobres, entendeu? Então não tinha uma discussão da participação política dessas mulheres negras dentro do movimento lá no meu estado. Agora, em Sergipe, sempre teve mulheres negras que fizeram algum trabalho; tem a professora Néli dos Santos, historiadora, que fez um belo trabalho. Ela foi uma das professoras de referência no Departamento de História da Universidade Federal. Então, sempre teve mulheres que fizeram um trabalho, que eram mulheres negras. Agora, um trabalho de afirmação política da mulher negra dentro do movimento negro, o pessoal tinha dificuldades. Eu avalio que as mulheres tinham dificuldades de fazer isso, porque era uma relação muito difícil de estabelecer com os homens do movimento negro.

V.A. – Por quê?

J.S. – Porque eles não achavam que as mulheres eram sujeitos políticos. Achavam que eram mulheres negras. E essas mulheres negras...

V.A. – Como é que eles viam que elas podiam participar do movimento negro?

J.S. – Elas participavam.

V.A. – O que eles achavam que elas podiam fazer?

J.S. – Eu não acompanhei o que elas faziam, porque normalmente não dava para dizer o que elas faziam dentro desse movimento, porque não tinha uma atividade sistemática. Elas participavam do movimento. Elas não se constituíam um grupo político dentro do movimento negro. E aí, quando eu comecei essa discussão, aí comecei de alguma forma disputando esse espaço do movimento negro com eles. E aí foi muito difícil. Foi muito difícil primeiro porque eles fizeram um processo de retaliação muito forte, porque eu sempre fui muito reagente, muito firme com relação a essa questão de ter espaço, de dar visibilidade, de considerar o protagonismo das mulheres negras no movimento negro. E aí, muitos deles, ou alguns deles, falavam frases de mulheres negras, coisas que não eram verdade em relação a mim. Inventavam muitas coisas, porque eles eram assim, construíam uma imagem negativa dentro desse processo de construção do movimento de mulheres negras. E algumas dessas mulheres que estavam no movimento negro acreditaram. E aí, em Sergipe, nós tivemos uma certa dificuldade de organizar esse movimento, porque eu acho que os homens negros não favoreciam para que as mulheres tivessem autonomia, eles dificultavam. Não é favorecer de dizer assim: “você venha, o espaço é seu, faça esse ou aquele trabalho”. Mas você precisa deixar espaço para que o outro atue politicamente, atue publicamente. Então eu acho que teve um pouco essa dificuldade na relação com eles, na construção de um referencial político de mulheres negras.

V.A. – E o que eles diziam a seu respeito?

J.S. – Olha, eles sempre me acharam meio radical.

V.A. – Não. O que eles diziam para as outras mulheres, coisas que você disse que não eram verdade a seu respeito.

J.S. – Eles diziam coisas, faziam com que elas não deixassem que a bandeira das mulheres negras se consolidasse no movimento. Porque aquilo que não é interessante, que não fortaleça a luta antirracista no Brasil, eu não gosto de ficar repetindo, porque realmente não é um negócio interessante. Era uma relação muito difícil. Mas eu nunca desisti.

V.A. – E por que hoje você não faria um encontro de mulheres negras, mestiças e pobres?

J.S. – Eu não faria porque a identidade da mulher negra tem uma formulação que cabe definir-se sem precisar de outros complementos. Eu sou mulher negra, então tenho uma realidade que pode ser diversa. Por isso eu não preciso estar me classificando como mestiça, porque eu sou tratada como mulher negra. E o fato das mulheres negras serem discriminadas não é porque elas são pobres, é porque elas são negras. Então, aquelas pessoas que optam em dizer que são mestiças, é porque optaram em não serem identificadas como negras. Então é por isso que hoje eu não faria um seminário de mulher negra, mestiça e pobre. Inclusive, esse seminário foi um sucesso, teve uma grande aceitação dentro do movimento de mulheres negras, foi um momento marcante. Nós conseguimos reunir todas essas mulheres em 1993. Foi um referencial importante. Então, dentro do movimento negro de Sergipe, eu sempre coloquei, eu sempre pautei a bandeira do movimento de mulheres negras e sempre me relacionei também com o movimento nacional. Todo o ritmo nacional do movimento negro e do movimento de mulheres negras, meu trabalho sempre foi relacionado com essa questão. Trabalhos junto às universidades, perguntando por que no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe tem dúzias de estudos de gênero na Universidade, mas não tem uma pesquisa sobre mulher negra. Aí eu perguntei para a coordenadora por que não se tem estudos sobre mulher negra, inclusive a maioria das alunas são negras. Perguntei para ela por que não tinha e aí ela disse que as pessoas não tinham manifestado interesse em fazer. Mas a gente sabe que as coisas não são bem assim, não é? Eu acho que se você, enquanto professor ou professora, você desperta uma determinada temática em sala de aula, é possível que em um grupo de muitas pessoas a cada semestre, em vários anos, você tivesse uma pesquisa sobre mulher negra. E isso não acontecia. Aí eu estive na universidade conversando na disciplina de Pesquisa Social, colocando as questões das mulheres negras para se ver se suscitava pesquisas. Nós sempre trabalhamos muito atendendo aos pesquisadores da universidade, aos estudantes da Universidade Federal de Sergipe, que depois no UNA, esse grupo que me convidou para ir para o UNA, nós formamos uma ONG chamada Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania, que enquanto ONG, é a única do estado. E nós conseguimos fazer um bom trabalho no estado do Sergipe, muito bom trabalho na área de cultura e identidade negra, na área de quilombos, discutindo a questão racial. Então, assim, conseguimos consolidar essa organização. E dentro dessa organização a gente sempre pautou todas as questões do movimento negro no estado do Sergipe.

Então a minha participação sempre foi pautar, perguntar por que as mulheres negras têm esse tratamento diferenciado na sociedade. E aí, desde quando eu... teve um momento, quando eu fiz 21 anos, em vista do que você falou, de quando você passou a perceber essa diferença do ponto de vista social, porque a minha identidade sempre foi centrada na identidade negra, eu nunca tive um momento de ficar alisando o meu cabelo, eu nunca tive desde a minha infância, a minha adolescência toda eu tive cabelo crespo; em uma sociedade que dizia que você tinha que alisar o cabelo para ser bonita e para os meninos paquerarem. Eu acho que é por isso que eu não fui muito paquerada quando era adolescente, porque eu nunca tive os meus cabelos alisados, meu cabelo sempre foi crespo. E isso interfere no contato que você tem com os meninos e com os homens. Eles esperam que você tenha madeixas lisas ou onduladas, aquela coisa toda, e eu nunca tive. E aí então eu sempre tive esse referencial de identidade negra comigo.

V.A. – Com 21 anos, você estava dizendo...

J.S. – É, com 21 anos foi que eu comecei a perguntar “por que eu tenho que trabalhar no comércio?”. Eu comecei a trabalhar no comércio e comecei a fazer um trabalho em um super-armazinho lá do estado. O primeiro emprego que eu tive, eu trabalhei em um depósito medindo fitas, elásticos, rendinhas, e empacotando esse negócio. Mas aquilo me inquietou tanto... E eu sempre fui uma pessoa muito interessada pelo estudo, pela leitura, sempre li, sempre acompanhei todo movimento político em nível local, nacional, mundial. Eu sempre fui muito interessada, aí eu me perguntava o que eu estava fazendo ali. E aí eu comecei a perguntar “por que as mulheres negras tem que ter esse papel?”. Foi aí que eu pautei essa discussão: “por que as mulheres negras tem uma atuação diferenciada nos diversos setores?” E aí, depois que eu descobri que pelo fato de eu ser negra eu teria, pela lógica que estava colocada, eu ia trabalhar no comércio, sendo de periferia, eu ia trabalhar no comércio, eu ia arranjar um marido, eu ia casar e ter filhos, eu disse na época: “não é isso que eu quero para mim. Eu não vou ter essa trajetória!” Aí eu saí do emprego, comecei a estudar de manhã e vender de noite, peguei meu fundo de garantia aí comecei a fazer cursos, a estudar em casa, estudei bastante, estudei muito, aí passei no vestibular em 1993. Mas ali foi uma decisão deliberada que eu tive de que eu ia mudar essa história, a história da minha vida. Ainda tive namorados, fiquei quase noiva. Quando o noivo estava começando a comprar o terreno para a gente construir a casa, eu disse:

“não é isso que eu quero também. Não vou casar para ficar administrando esse tipo relação”. Eu disse: “também não é isso que eu quero”. Aí abandonei a ideia do casamento por um bom tempo. Aí eu comecei a construir uma história a partir de mim mesma. Comecei a construir minhas coisas, conquistar meus espaços, fui mudando a história da minha vida, e mudei completamente. Casei com 30 anos, com 29 anos, tive filho com 30 anos e estou mudando até hoje para desfazer tudo isso que está colocado para a gente enquanto negro, enquanto mulher negra, não é uma tarefa fácil. Até hoje continuo desfazendo as amarras, desatando os nós do racismo para poder avançar. Até hoje. Então, algumas pessoas já me pediram para eu me candidatar, para entrar no mundo político, porque tem essa coisa do voto racial, temos que discutir o negro no parlamento. Então, já naquela época, de 1996 para cá, o pessoal tem pautado essa discussão. Na última eleição para deputado federal, presidente da República, deputado estadual, em 2002, meu nome foi pautado para sair como deputado federal porque o movimento negro ia lançar um deputado federal, mas aí o próprio movimento optou por Carlos Trindade para sair como deputado federal. Mas aí o interessante foi que pelo menos nós suscitamos a possibilidade de uma mulher do movimento negro estar indo para outras disputas. Porque a disputa do ponto de vista do movimento negro, da possibilidade das mulheres negras, nós, de alguma forma conseguimos, mas não conseguimos como eu queria. Porque eu tinha um objetivo. Eu tinha o objetivo de que no movimento negro, aquele grupo de mulheres negras fosse o grupo com visibilidade política, com penetração política, com capacidade de estar gerindo a política. Mas houve uma certa dispersão para isso. Eu avalio hoje que as mulheres negras têm a possibilidade de ser quem ela é a partir de sua identidade racial. Então você não precisa... Eu acho que as mulheres negras hoje têm menos desafios do que nós tivemos na década de 1990 até 2000. Porque hoje você usa seu cabelo do jeito que você quiser usar, e eu não sou contra. Se a mulher negra quiser botar trança eu acho que ela deve botar trança, se ela quiser alisar o cabelo eu acho que ela deve alisar o cabelo, se ela quiser pintar seu cabelo de loiro ela deve pintar esse cabelo, se ela quiser deixar crespo ela deve deixar crespo o cabelo, se ela não quiser usar cabelo ela não use cabelo. Então eu acho que hoje as mulheres negras hoje podem fazer isso. Na época da gente a gente não podia, porque você era um pouco isolada, uma coisa muito... você fazia isso para reafirmar que o processo tinha que ser consolidado. Eu acho que as mulheres negras hoje têm maior possibilidades de estar desenvolvendo, está tendo elementos, desatando os nós do racismo com outras táticas e estratégias que a gente não tinha antes. Porque eu não acredito, por mais que a visibilidade, a identidade, a imagem da mulher

negra tenha um trâmite positivo hoje, mesmo assim ela não está livre de ser barrada no mercado de trabalho; ela não está livre ainda de ter uma construção de imagem pejorativa; ela não está livre. Então eu acho que nós avançamos, mas eu acho que a gente ainda tem muita coisa para mudar, do ponto de vista dessa construção. E eu até hoje sempre me coloco como mulher negra, onde quer que eu esteja. Eu nunca tive dúvida sobre isso. Eu acho que eu estou em um espaço para reafirmar a valorização da população negra no Brasil. Isso para mim é indiscutível. Até porque isso não começou comigo. Eu tenho um referencial de muitas outras pessoas que fizeram isso no Brasil. Cada uma usando uma estratégia, algumas já se foram, outras ainda estão por aqui. O fato de Matilde Ribeiro, no período do movimento... nós já construímos muita coisa juntas em Aracaju quando ela ia para lá conduzir uma discussão com outros parceiros, a gente chamava Matilde para discutir gênero e raça nas políticas públicas [incompreensível] ficavam todos discutindo, ou no próprio movimento feminista, que eu também acompanhei. Eu participei muito das atividades do movimento feminista. Isso me possibilitou muito estar vendo ou participando do movimento negro também. Eu participei da ECO, do movimento Planeta Fêmea em 1992 no Rio de Janeiro com o grupo feminista. Participei do lançamento do Planeta Fêmea, acompanhei todo esse movimento, não fui para a ECO 92.

V.A. – Não foi?

J.S. – Não fui.

V.A. – Mas participou dessa criação?

J.S. – Participei, acompanhei. E essa relação com as feministas foi interessante para mim, para que eu pudesse avaliar como é que se dá a construção do ponto de vista racial a partir do movimento negro, e como é que se dá essa discussão da construção de gênero a partir do movimento feminista. Porque nós precisávamos reafirmar que tem um sujeito político chamado “mulher negra”. E aí Lélia Gonzalez conseguiu estar colocando alguma coisa nesse sentido, Sueli Carneiro e Matilde Ribeiro. E o que aconteceu com essa relação com o movimento feminista? Nós conseguimos destacar para o movimento feminista que existe um sujeito político chamado “mulher negra”. E está pautado hoje, é indiscutível que na sociedade brasileira que nós não somos mulheres, nós somos mulheres negras. “Aquela mulher...” Eu não

sou aquela mulher, eu sou aquela mulher negra. Então é uma construção dessa identidade política, que eu acho que existe um grupo hoje, uma massa crítica, um grupo no Brasil pautado com essa discussão.

Amilcar Araújo Pereira – Você está falando sobre o protagonismo desse sujeito político “mulher negra”, e a gente tem ouvido muita gente falar sobre a Conferência de Durban. E eu não lembro de nenhum que tenha dito diferente, nenhuma pessoa que tenha dito diferente, de que há um protagonismo das mulheres negras tanto no processo de construção da Conferência quanto na atuação na própria Conferência. Você participa da Conferência em Durban?

J.S. – Eu participei.

A.P. – E como é que você vê esse processo de protagonismo das mulheres negras no construir e na própria atuação lá na Conferência em Durban?

J.S. – Eu participei do processo de construção de Durban desde Aracaju. Porque aí nós pautamos, lá em Sergipe eu pautei todas as discussões, desde a plenária do movimento social, desde o movimento negro, a plenária com o governo do estado, o Fórum Nacional de Entidades Negras, a Conferência Nacional, então eu consegui estar participando de todos esses momentos de nível interno, no Brasil. E aí, quem fez esse trabalho de mobilização foram as mulheres negras. E eu com muito esforço, não com muito esforço porque eu não vou diminuir, não posso diminuir o ativismo dos meus companheiros do movimento negro, cada um tem um momento e eu acho que às vezes tem que se revezar no que está colocado para a gente, que não é pouca coisa. E aí, em Sergipe, a pessoa que mais se envolveu com o processo de construção da agenda de Durban fui eu. E aí você poderia me colocar: “não, mas você é do movimento negro”. Mas eu sou mulher negra do movimento negro. E isso aconteceu em todo o país. Se você for talvez mapear os estados, se você quiser misturar, o que as mulheres fizeram, se elas tiveram maior presença no processo de Durban, é porque nós mobilizamos para Durban. Tiveram algumas pessoas importantíssimas nesse processo no movimento negro, tiveram pessoas fundamentais, homens negros que contribuíram bastante. Mas as mulheres negras, nesse processo, se empenharam muito, foram para a mobilização, foram para os diálogos em nível nacional e internacional, as especialistas na discussão eram mulheres negras, como Edna Roland, Sueli

Carneiro. Quem conversou com as agências? A maioria das pessoas que conversaram com as agências financiadoras para Durban foram as mulheres negras. Então existia uma credibilidade, uma seriedade nessa condução. Por exemplo: o grupo que mobilizou as mulheres negras não estava inventando que tinha um movimento de mulheres negras com uma capacidade de mobilizar ou de construir para Durban. Não, realmente quem foi ao Chile para a Conferência Regional das Américas e quem foi para Durban é porque realmente eram pessoas que pautavam a discussão racial no movimento negro. E naquela época o grupo que estava destacado era o grupo das mulheres negras mesmo. Então eu avalio que não foi só em quantidade, foi por trabalho realizado, por envolvimento. As vezes que a Criola, Jurema Werneck, Lúcia Xavier, Edna Roland do Fala Preta!, Sueli Carneiro do Geledés, Alzira Rufino, o que elas se empenharam por esse processo de Durban não foi brincadeira. No meu estado, porque eu sempre trabalho com o meu estado também, trabalhamos bastante tentando articular. Não foi uma coisa como deveria ser mas teve um... Então eu acho que a presença das mulheres negras no processo de Durban é uma presença por trabalho realizado.

V.A. – Você chegou a ir a Durban?

J.S. – Fui. Eu acompanhei todo o processo, desde o municipal até o mundial. E aqui na Conferência também. Então hoje eu estou sempre acompanhando a agenda do movimento negro. Como pauto a questão racial como instrumento de trabalho, estou sempre pautando a questão racial e de gênero no meu trabalho e aí...

V.A. – Isso que eu ia te perguntar: que trabalho? Por que você veio para Brasília?

J.S. – Eu sou casada com um militante do movimento negro.

V.A. – Quem é?

J.S. – Carlos Trindade. Sou casada com ele tem 9 anos e temos um filho de 6 anos. É uma das coincidências do destino, se é que na nossa ancestralidade existe coincidência. Eu acho que não existem muitas coincidências. Então eu casei com ele, e na construção, na organização da Seppir ele decidiu vir para cá. Ele foi candidato a deputado federal, perdeu a eleição, aí decidiu

vir para cá para compor a Seppir. Nisso eu fiquei trabalhando em Aracaju na Sase, Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania, uma ONG que nós dirigíamos lá em Sergipe. E não foi automática a minha decisão. Eu sou casada, eu sou esposa, eu vou. Não. Eu fiquei um tempo refletindo se eu vinha ou não por conta de todo um trabalho que eu tinha lá no estado, na região Nordeste também, porque eu já promovia algumas discussões sobre a mulher negra no Nordeste. Nós fizemos um seminário preparatório para Durban em nível de Nordeste também, lá em Sergipe inclusive. Aí, não foi automática essa decisão. Eu fiquei refletindo como é que eu ia me posicionar a partir dali. Então oito meses depois eu resolvi vir para cá para Brasília, estou trabalhando hoje no setor elétrico...

[FINAL DA FITA 1 – B]

V.A. – ...Transferência para Brasília, que você ficou oito meses ainda pensando, e agora você trabalha na Eletronorte...

J.S. – Porque eu tenho um projeto. As coisas na minha vida não acontecem sem eu discutir o que é que eu vou fazer, para que eu vou fazer. Porque eu imagino o seguinte: se eu tiver... eu tenho um tempo de vida, que eu não sei que tempo de vida é esse, e aí ao invés de estar trabalhando para coisas que não vão crescer nada na sociedade, na vida das pessoas, eu não vou trabalhar. Para mim isso é decidido. Eu não vou ficar em um setor de trabalho que eu não acrescenta nada nas pessoas. Eu não vou fazer isso com a minha vida, com meu tempo de vida eu não faço.

V.A. – E na Eletronorte?

J.S. – Na Eletronorte eu faço um trabalho ligado... hoje eu estou trabalhando na elaboração do programa de gênero da empresa. Então, o Ministério de Minas e Energia resolveu adotar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres como um instrumento de trabalho na área de responsabilidade social. Então eu tenho procurado investir nesse trabalho, porque eu acho que são programas que podem alterar, modificar as relações existentes dentro do serviço público, que tem muita coisa ainda para ser melhorado na inserção do homem e da mulher também. Por exemplo: nós precisamos estar discutindo como é que se dá a participação de negros e negras,

a ascensão da mulher nesse setor, qual o referencial de ascensão... Então eu acho que tem algo interessante para se trabalhado, também porque a Eletronorte tem uma coisa de Amazônia legal. Então eu acho que tem coisas para fazer no contexto das mulheres do Norte. Muito embora eu sempre tenha trabalhado pautando as mulheres do Nordeste. Eu sempre trabalhei nessa perspectiva de estar pautando as mulheres do Nordeste. Então eu estou aqui e dentro do meu espaço de trabalho eu estou conseguindo imprimir um ritmo de discussão dessas questões da igualdade de gênero e raça. Estou conseguindo estar transformando o meu ambiente de trabalho nesse sentido e acho que isso é interessante. Uma das coisas dentro desse projeto de promoção da mulher negra no estado de Sergipe, nesse cenário social, nós decidimos fundar uma organização de mulheres negras no estado de Sergipe.

V.A. – Não é o Fórum de Mulheres Negras não?

J.S. – Não. O Fórum de Mulheres Negras foi uma realidade que se estendeu de 1990 até... não sei se 1998. Bom, o movimento de mulheres negras sempre me acompanhou, porque eu mudei de Fórum de Mulheres Negras depois Articulação de Mulheres Negras, fui mudando. Mas eu sempre estive dizendo que tem que ter um espaço político para discutir a questão da mulher negra. Ele sempre nos acompanhou e inclusive tem até hoje esse Fórum de Mulheres Negras lá no estado. Que é um grupo político, é um grupo político que se organiza para quando quer pautar essas questões, quando quer discutir essas questões. Em 2001, 2002, nós fundamos uma organização de mulheres negras.

V.A. – Como era o nome?

J.S. – Organização de Mulheres Negras Maria do Egito.

V.A. – Quem é Maria do Egito?

J.S. – Maria do Egito foi uma mulher negra do município de Aracaju de 1858 que tem uma história de protagonismo das mulheres negras no município de Aracaju.

V.A. – Qual é a história dela?

J.S. – Ela era uma mulher negra, escrava e decidiu ter um caso com o seu senhor de engenho para como recompensa ganhar a carta de alforria. Esse era o acordo.

V.A. – Isso quando?

J.S. – 1858. Esse era o acordo com o seu senhor de engenho. Só que esse caso de Maria do Egito com o senhor de engenho, José de Evaristo, se tornou público. A sociedade estava sabendo que ele tinha um caso com essa escrava. Aí ele decidiu casar a escrava com o sobrinho. Ele deu um jeito lá de casar a escrava com o sobrinho. Só que essa mulher engravidou do sobrinho do senhor de engenho. Quando esse senhor de engenho viu essa mulher grávida espancou ela publicamente e mandou ela de volta para a senzala. Quer dizer, se ele tinha dado os direitos dela, retirou todos os direitos quando ela precisava. Nisso ela processou ele judicialmente. Arranjou um advogado e processou o senhor de engenho. Isso está registrado no Arquivo Público de Sergipe. Processou, ele foi a julgamento e ela perdeu. Mas aí, a gente fica pensando quais foram os elementos que essa mulher negra escrava teve para conseguir processar o seu senhor de engenho, conseguir levar isso a julgamento, mesmo perdendo. Então nós, do grupo de mulheres negras do estado de Sergipe, que nós conseguimos construir uma relação política, uma relação de solidariedade, uma relação de amizade, é um grupo de 16 pessoas, 16 mulheres, decidimos o seguinte: que a história da mulher negra não começou na década de 90. Ela começou no estado de Sergipe muito antes. E com histórias revolucionárias como a de Maria do Egito. E o que nós decidimos? Nós decidimos pegar esta mulher e trazer para hoje. Quer dizer, a violência contra a mulher negra é de ontem e de hoje. O protagonismo da mulher negra no estado de Sergipe é de ontem e é de hoje. Então nós trouxemos Maria do Egito, estamos trabalhando a história dela para que todo mundo saiba, para que as pessoas saibam que essa luta contra o racismo e a discriminação racial não começou por nós, não começou por mim. Não fui eu que pautei isso. Não sou eu que estou discutindo isso. Essa discussão não é minha, do grupo Maria do Egito, não me pertence, não é minha responsabilidade. Porque eu sou ativista antirracista, mas também preciso ter outras dimensões na vida. Não posso ser só ativista. Eu sou ativista, mas também preciso colocar a luta antirracista como uma discussão que não seja isolada.

V.A. – Você acabou não trabalhando mais com os meninos de rua?

J.S. – Não.

V.A. – Você foi se transferindo para essa questão...

J.S. – Foi. Quando eu conheci o movimento negro, automaticamente eu comecei a trabalhar com as mulheres negras. E eu trabalho isso até hoje. Quando eu encontro, quando eu começo a trabalhar com um grupo que não seja de mulheres negras, mas mesmo assim eu tenho uma solidariedade a todas as mulheres. Eu acho que a situação que as mulheres se encontram é uma situação que nós devemos nos solidarizar com essas mulheres, quer sejam brancas, quer sejam negras, quer sejam índias; eu acho que a gente tem que estabelecer uma relação de solidariedade. Então normalmente eu tenho uma relação boa com pessoas de outras etnias. Não sou aquele tipo de mulher negra que cria uma relação difícil quando a outra é branca. Na minha cabeça isso não existe. Eu acho que a gente tem que se solidarizar, e cada um no seu espaço também de articulação, de defesa, estar defendendo as suas bandeiras. No dia que a gente tiver, no dia que eu quiser trabalhar com mulher que não seja negra eu vou ter o mesmo compromisso, trabalhando com essas mulheres. Eu acho que a gente tem que ter essa definição, tem que ter essa posição. Eu acho que a mulher negra não precisa mais de solidariedade do que a mulher branca. Eu acho que a gente tem que promover o diálogo de promoção da igualdade. Então, eu não sei se consegui estar colocando tudo.

V.A. – Conseguiu. Você tinha falado que seu pai era soldado.

J.S. – Sim.

V.A. – Depois você falou que ele era enfermeiro.

J.S. – Sim. Porque ele era soldado da Polícia Militar.

V.A. – E lá ele era enfermeiro também, como é que é?

J.S. – Sim. Ele era soldado do Hospital da Polícia Militar. Ele sempre exerceu essa função. Não sei se consegui passar...

V.A. – Conseguiu...

J.S. – Eu acho que é muita responsabilidade. Eu sempre acho que o registro das informações das coisas é fundamental.

Sim, eu faço um trabalho, já tem uns dez anos também, de revitalização. Eu sou do axé, sou de religião de matriz africana. Eu sou do Candomblé. Aí eu estou fazendo um trabalho de revitalização da primeira casa de culto afro do estado de Sergipe, que foi fundada por uma mulher negra chamada [Ta'Joaquina]².

V.A. – Quando é que ela fundou essa casa?

J.S. – Olha, institucionalmente foi no século passado, porque registrada em cartório essa casa foi fundada em 1910. Inclusive ela conseguiu montar uma pequena África no município de Laranjeiras. É uma coisa fantástica! Maravilhosa.

V.A. – Pequena África e o que você falou mais?

J.S. – É uma pequena África porque os orixás...

A.P. – No município de Laranjeiras.

J.S. – É. Porque os orixás ficavam sentados nas árvores. Você tem Ogum, você tem Xangô, você tem Iansã, você tem Oxossi, todos eles nas árvores, como se dá na África. É algo comunitário, você não tem uma relação distante. Você tem uma relação próxima com esses orixás. Aí eu estou trabalhando na revitalização dessa casa já tem um tempo, porque revitalizar uma casa como essa, secular, não é uma tarefa fácil. E eu estou trabalhando também para que

² O mais próximo do que se pôde ouvir.

ela seja lembrada. Assim como nós recuperamos Maria do Egito eu quero recuperar Ta'Joaquina, publicando alguma coisa sobre ela.

V.A. – Em Laranjeiras então que é essa casa?

J.S. – É no município de Laranjeiras.

V.A. – Que ele falou...

A.P. – O Djenal falou que é a cidade mais negra de Sergipe.

J.S. – É.

A.P. – 90% da população.

J.S. – Isso. E os principais terreiros têm presença de mulheres negras, tanto do candomblé quanto do nagô. Lá é fantástico aquilo. Lá no município de Laranjeiras para guardar informação sobre negros no Sergipe tem muita coisa.

V.A. – É isso que você queria falar que...

J.S. – Eu acho importante, porque na história das mulheres negras eu acho que eu estou apenas contribuindo, dando, mais o pior já foi feito. Maria do Egito e até mesmo Ta'Joaquina, porque pensar em consolidar a religião afro ou estar discutindo direito à Justiça, como Maria do Egito fez, é uma coisa que eu não sei se conseguiria fazer naquela época não. Então é isso.

V.A. – Está ótimo. Perfeito. Muito obrigado.

J.S. – Obrigado vocês.

V.A. – Vou desligar então.

[FINAL DO DEPOIMENTO]